



1564  
1564

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 274864-5  
AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
ADOGADOS: NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO e OUTROS  
AGRAVADOS: EURIDES DE LIMA GALDINO E OUTROS  
ADVOGADOS: JOÃO PAULO DE FREITAS RODRIGUES e OUTRO  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMENTA:** CIVIL - PROCESSUAL CIVIL - SEGURO HABITACIONAL. I - COMPETÊNCIA JUSTIÇA ESTADUAL. MÉRITO: ACESSÓRIO SEGUE PRINCIPAL - MULTA SEGUE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS OBRIGAÇÃO PRINCIPAL - AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

**DECISÃO:** "À unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de incompetência da justiça estadual, nos termos do voto da Turma. Mérito: À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, prejudicado o Agravo interposto, nos termos do voto do Relator".

**DATA DO JULGAMENTO:** 02 de outubro de 2013.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo no Agravo de Instrumento nº 274864-5, sendo agravante SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e agravados EURIDES DE LIMA GALDINO e OUTROS, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de incompetência da justiça

1565  
98

estadual, nos termos do voto da Turma, e no mérito, negar provimento ao recurso, prejudicado o Agravo interposto, nos termos do voto do Relator.

Recife, 07 de outubro de 2013.

*Adalberto de Oliveira Melo*

Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador Relator

O/apb.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 274864-5 - PESQUEIRA  
AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
AGRAVADO: EURIDES DE LIMA GALDINO E OUTROS  
RELATOR: DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS interpôs o presente recurso de Agravo de Instrumento em face de decisão proferido pelo juízo a quo nos autos da ação de indenização securitária promovida por EURIDES DE LIMA GALDINO E OUTROS.

A decisão combatida consistiu em julgar improcedente a impugnação ao cumprimento de sentença, determinando a liberação de valores através de alvará.

Em preliminar a agravante alega que a competência para conhecimento e processamento de ações que versam sobre o SH/SFH seria da Justiça Federal, em face do interesse da Caixa Econômica Federal de intervir no processo como administradora do Fundo de Compensação de Valores Salariais - FCVS, o qual responde por todos os direitos e obrigações do seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, sendo o título executivo inexigível e ineficaz, já que envolve apólice pública (Ramo 66).

A agravante impugna os valores executidos alegando excesso de execução no total de R\$ 396.616,47, já que a condenação na multa de 2% para cada decêndio ou fração de atraso no pagamento do seguro é limitada ao montante da obrigação principal, sem prejuízo da aplicação da correção monetária, excluindo-se os juros de mora, os quais seriam aplicados, tão somente, no cálculo do valor principal.

1552  
~~1552~~

Alega, ainda, excesso de execução pela incorreção dos orçamentos do perito, o qual orçou o reparo dos imóveis considerando o BDI (Bonificação de Despesas Diretas e Indiretas) em 25%, índice computado em excesso, considerando como regular o percentual de 15%, desde que se trata de reforma e não de construção de imóvel novo, além do que não há complexidade e nem se trata de obra de grande porte.

Por fim reconhece que o valor da execução é de R\$ 1.812.853,80 e pede a atribuição de efeito suspensivo ao recurso alegando que o levantamento do valor depositado lhe trará dano irreparável, e que seja reconhecida a nulidade da sentença por ter sido proferida por juízo incompetente, declarando-se a competência da Justiça Federal e, acaso forem superadas essas questões, que seja reconhecido o excesso de execução.

O recurso foi instruído com os documentos de fls. 24 a 1.510, formando 08 volumes.

Através da decisão de fls. 1.513/1.514, foi negado efeito suspensivo à decisão atacada, vez que esta teria autorizado o levantamento, tão somente, da quantia incontroversa, portanto, reconhecida como devida pela agravante. Logo, inexistente o alegado dano irreparável.

Dessa decisão foi interposto o Recurso de Agravo de fls. 1.519/1.521.

As contrarrazões ao presente agravo de instrumento foram apresentadas às fls. 1.531/1.540, estando os autos prontos para apreciação.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 13 de agosto de 2013

*Adalberto de Oliveira Melo*

Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador relator.

w.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

1556

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 274864-5 - PESQUEIRA  
AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
AGRAVADO: EURIDES DE LIMA GALDINO E OUTROS  
RELATOR: DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Da preliminar de incompetência da Justiça Estadual.

Sobre a questão da competência para processar e julgar feitos desta natureza, o Superior Tribunal de Justiça em recente decisão do dia 10 de outubro p. passado, nos autos dos Embargos de Declaração opostos contra os Embargos de Declaração do Recurso Especial nº 1091393/SC, definiu que a competência para conhecer dessa matéria é da Justiça Estadual.

No voto condutor a i. Min. Nancy Andrigui firmou o entendimento de que nos feitos em que se discute a respeito do contrato de seguro, adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, não comprometer recursos do SFH, e não afetar o FCVS, inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação do litisconsórcio passivo necessário, sendo da Justiça Estadual a competência para o julgamento da causa.

Restou delimitado, ainda, no referido acórdão, que a legitimidade da CEF para intervir nas ações securitárias fica restrita aos contratos celebrados entre 02.12.1988 e 29.12.2009, durante o qual conviveram apólices públicas e garantia pelo FCVS.

Ainda assim a CEF deveria demonstrar seu interesse, caso a caso, provando que: i) os recursos derivados dos prêmios recebidos pelas seguradoras são insuficientes para pagamento da indenização securitária; ii) a reserva técnica do FESA, que é uma subconta do FCVS, também se mostra insuficiente para cobrir as indenizações, caso em que, as indenizações seriam garantidas pelo FCVS.

Não havendo demonstração nos autos de nenhuma dessas hipóteses, a ação proposta contra a agravada deve tramitar perante a Justiça Estadual.

Voto pela rejeição da preliminar.

### **Mérito**

A arguição de que o BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) deveria ser no percentual de 15% do valor da obra, e não de 25% conforme consta da planilha de cálculos elaborada pelo expert, essa matéria se acha superada, alcançada pela preclusão, desde que não houve qualquer insurgência quanto a este tópico, sendo descabida a arguição neste momento processual.

A agravante ainda sustenta que o cálculo da multa não comporta a incidência de juros de mora, já que a mesma é limitada a 100% do valor principal da indenização, sem prejuízo da correção monetária, conforme disposto no art. 412, do Código Civil.

Na dicção do art. 412, do CC, "*o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal*".

Ocorre que a obrigação principal está sujeita a atualização monetária e aos juros moratórios conforme comando sentencial transitado em julgado.

Os juros de mora devidos e incidentes sobre o principal não foram afastados em nenhum momento. Portanto, a multa não deve se limitar ao valor principal somente atualizado monetariamente sem a incidência dos juros de mora. Se sobre o valor principal incidem juros e correção monetária, a multa corresponderá a 100% desse valor final.

O fato de constar em cláusula do contrato, que dispõe sobre a multa, o termo "... *sem prejuízo da aplicação da correção monetária cabível*" não significa vedação à aplicação dos juros legais. Não significa que, somente, cabe a aplicação da correção monetária sobre o valor principal para, a partir daí, ser calculada a multa.

Se o principal sofre a correção da moeda e a aplicação dos juros de mora, o acessório segue o principal, ou seja, o mesmo valor da obrigação principal será o valor da multa.

Por fim, havendo reconhecimento expresso da seguradora agravante de que é devido aos agravados o valor de R\$1.812.853,80 (um milhão oitocentos e doze mil oitocentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos e, cuidando a decisão agravada de autorizar tão somente a expedição de alvará para que os demandantes, ora agravados, procedessem com o levantamento imediato dessa quantia, não enxergo, na decisão combatida, o alegado periculum in mora.

Com estas considerações, nego provimento ao presente agravo de instrumento, prejudicado o agravo regimental interposto às fls. 1.519 a 1.521.

É como voto.

*Adalberto de Oliveira Melo*

Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador relator.